

Entendimento ganha força no Congresso

FRANKLIN MARTINS e
RAYMUNDO COSTA

BRASÍLIA — A proposta de entendimento nacional começa a produzir resultados no Congresso, onde algumas das principais lideranças do PSDB, do PDT e do PMDB, todos partidos de oposição, já discutem como tornar viável o diálogo com o governo. "Se o presidente da República quiser mudar os rumos de seu governo, o PDT está interessado em discutir", afirma o líder do partido na Câmara, Vivaldo Barbosa (RJ). "Em primeiro lugar nós precisamos afinar nossa viola aqui, no Congresso, e depois conversar com o governo", faz coro o senador José Richa (PSDB-PR).

As conversas envolvem ainda o deputado Ulysses Guimarães (PMDB), e o governador eleito do Rio de Janeiro, Leonel Brizola (PDT). Com exceção do prefeito de Manaus, Artur Virgílio (PSDB), e do sociólogo Hélio Jaguaribe (PSDB), que defendem a participação no governo, as demais lideranças partidárias trabalham com a idéia do entendimento em torno de um programa mínimo.

Segundo o senador José Richa, há questões básicas que levam as oposições a aceitar discutir o entendimento:

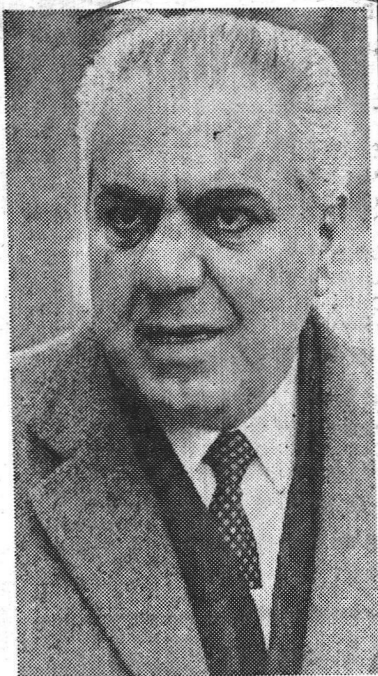
- o País e as oposições necessariamente conviverão com o atual governo por mais quatro anos;

- a base de sustentação política do governo no Congresso é numericamente inferior à oposição e "politicamente inexpressiva";

- sozinho, o governo ficará entregue a "insuportáveis pressões fisiológicas e corporativas, podendo cair nos braços da direita";

- o atual plano econômico acaba em 90 dias (esse é o prazo dado pelo Congresso para que seja apresentada uma política salarial permanente).

O senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB) já iniciou contatos com outros líderes partidários, inclusive Brizola e Ulysses. Richa e Vivaldo alinhavaram o que consideram "os pontos mínimos" em torno dos quais a discussão deve começar. Na opinião de Richa, é fundamental a decisão sobre a adoção do Parlamentarismo, a partir de 1993 (com o presidente, "pois ninguém quer destitui-lo"), já que "este é o úni-



Carlos Rusi/AE-1/8/90

Richa: plano de estabilização

co sistema de governo capaz de provocar o entendimento político". E também um plano de estabilização econômica imediata.

Vivaldo, pelo PDT, relaciona a revisão das políticas salarial e educacional, a retomada do desenvolvimento e mudanças nas relações econômicas internacionais, como o pagamento de royalties e remessas de lucros. São itens que o governador Brizola, em conversa com políticos, também tem considerado como suficientes para caracterizar a "mudança de rumos" do governo Collor.

O entendimento em torno de um programa mínimo, tornaria ociosa a discussão sobre cargos no governo. Richa acha que a economia deve continuar sendo tocada pela ministra Zélia Cardoso de Mello, que então passaria a contar com uma retaguarda política para a estabilização econômica.

Os líderes acham que "há clima" para a discussão, mas identificam, no momento, dois obstáculos a serem vencidos. O primeiro é o confronto que está sendo criado em torno da votação do projeto que regulamenta a edição de medidas provisórias. Segundo, as discussões tem de amadurecer rapidamente, antes que o Plano Collor II fracasse e o quadro político fique muito instável.